

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/04/2013 a 30/04/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

SC: Parceiros iniciam organização da IV Feira Sustentável – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/04/2013.....	4
Mais 150 agentes de desenvolvimento territorial se formam até o fim de abril no ES – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 01/04/2013	4
Assentamento Contestado desenvolve novo modelo de produção. Riquieli Capitani – Site do MST. 02/04/2013	5
MST recebe ministra do Meio Ambiente e defende produção agroecológica – Site do MST. 04/04/2013.....	7
Chamada pública promove a agricultura familiar sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/04/2013	8
Via Campesina adere ao CAR. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/04/2013	9
Ministra Izabella Teixeira visita assentamento modelo de agricultura sustentável em Nova Venécia (ES) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/04/2013.....	12
Ação do MDA promove agricultura agroecológica e orgânica no Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/04/2013.....	14
Caminhos da natureza no Sul do Brasil. Érica Magni – O Globo, Ciência. 09/04/2013	15
Brasil e América Latina precisam investir na comunicação da sustentabilidade, diz especialista – Site da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos econômicos. 10/04/2013	20
Comissão finaliza Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 11/04/2013.....	21
Reforço à produção de orgânicos. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 12/04/2013	22
Governança fundiária deve garantir acesso democrático à terra, aponta ministro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/04/2013	23
Manejo sustentável da caatinga é opção de renda para famílias assentadas no Piauí – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2013	24
Incra incentiva cadeias produtivas em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2013	25
Agenda global pós-2015 deve contemplar desenvolvimento sustentável com inclusão social, diz ministra – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/04/2013	26

Justiça suspende estudo de impacto ambiental de usina no Pará. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Brasil. 17/04/2013	27
Experiências socioambientais de sucesso. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/04/2013	28
Soja ocupa 3% da área desmatada da Amazônia Legal. Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 22/04/2013	29
UFG, em parceria com Pronera e CNPq, promove aula inaugural do curso de Agroecologia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/04/2013	30
Boas práticas em sustentabilidade. Aída Carla de Araújo – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/04/2013	30
Juntos pela educação ambiental. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/04/2013	31
Rio Bonito, no Paraná, ganha feira de produtos agroecológicos. Jakeline Buratti – Site do MST. 25/04/2013	32
Presidente da CNA diz que Brasil poderá aumentar em 40% a produção agrícola, até 2050, preservando o meio ambiente – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Econômicos. 25/04/2013	33
Projeto Biomas: duas pesquisas acontecem ao mesmo tempo na Amazônia – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio Ambiente. 29/04/2013	34
Estados se preparam para a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/04/2013 ...	36
Consenso à vista sobre Protocolo de Nagoya. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 29/04/2013	37
Cultivo sustentável de café dá prêmio à Fazenda dos Patos em Minas Gerais – Valor Econômico, Agronegócios. 30/04/2013	38

SC: Parceiros iniciam organização da IV Feira Sustentável – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 01/04/2013

Reunidos na tarde desta segunda-feira (01) na Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina (DFDA/SC), entidades parceiras deram início à organização da edição 2013 da Feira Sustentável, que chega ao quarto ano de realização.

A IV Feira Sustentável vai expor em Joinville a produção catarinense da agricultura familiar, economia solidária, pesca, reforma agrária e energias renováveis. A intenção da organização é consolidar um espaço permanente de promoção, divulgação e comercialização desses produtos, valorizando o meio rural catarinense. "Nossa pretensão é consolidar um evento estadual que siga os moldes da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, que expresse a ruralidade como valor tão importante para Santa Catarina, que hoje corresponde a mais de 30% de seu PIB", revelou o delegado regional do MDA, Jurandi Gugel. Para o superintendente regional do Incra, José dos Santos, a Feira é uma importante vitrine para que os assentados da Reforma Agrária no estado mostrem sua produção e conquistem um público consumidor.

Nessa primeira reunião, os participantes avaliaram a edição do ano passado e confirmaram a realização dessa edição na cidade de Joinville para a data provável de 04 a 07 de julho. Os próximos passos serão buscar parcerias para o financiamento da Feira junto a órgãos públicos e empresas e também dar início à logística de transporte, acomodação e alimentação dos expositores.

Participaram do encontro representantes da Epagri, Conab, Fetraf/Sul, Fetaesc, SCRural, Mapa, SST/SC, Ministério da Pesca e Ministério do Trabalho.

Mais 150 agentes de desenvolvimento territorial se formam até o fim de abril no ES – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 01/04/2013

Os seis Territórios Rurais do Espírito Santo receberão, até o fim deste mês, o último módulo de qualificação do curso que formará cerca de 150 novos agentes de desenvolvimento territoriais capixabas. Promovido pela delegacia federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no estado, o treinamento dessa fase foi iniciado nesta segunda-feira (1º), no território de Paranã, localizado no município de Sooretama, a menos de 200 quilômetros da capital Vitória.

O profissional formado ficará encarregado de apoiar, em sua região, o processo de implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS), articulado nacionalmente pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA). As atribuições incluem ainda a disseminação dos programas e projetos elaborados pelos Governos Federal, estadual e municipal destinados aos agricultores familiares. “É como

se cada agente criasse uma base em seu local de atuação para fazer a informação circular com mais eficiência. Conhecendo as políticas públicas, eles saberão identificar as iniciativas que mais melhor servirão para os agricultores familiares da região”, sintetiza o delegado federal do MDA no Espírito Santo, Josean Vieira.

A formação dos agentes foi dividida em dois módulos, com duração de dois dias cada um. A primeira etapa foi executada no início do ano. “O objetivo principal da formação é fazer com que mais pessoas nos municípios, nos sindicatos, nas prefeituras, nas instituições públicas e na sociedade civil saibam da política territorial e possam se empoderar dessas ações, fazendo com que elas cheguem até a agricultura familiar”, salienta o delegado.

Em Paranã, o curso será realizado até esta terça-feira (2), para 27 pessoas. Em seguida, a qualificação será ministrada para os agentes dos outros cinco Territórios Rurais capixabas: Montanha e Águas; Sul Litorâneo; Terras do Rio Doce; Caparaó; e Norte. Cada território terá de 20 a 30 agentes do desenvolvimento formados, sendo 50% mulheres e 20%, jovens.

Assentamento Contestado desenvolve novo modelo de produção. Riquieli Capitani – Site do MST. 02/04/2013

Da Página do MST

No dia 7 de fevereiro de 1999, 40 famílias da região de Curitiba, Balsa Nova, Lapa e outras regiões do Paraná, ocuparam a Fazenda Santa Amélia, localizada a 70 quilômetros de Curitiba, da capital paranaense (na foto ao lado).

Conquistar a terra, poder produzir e sobreviver da sua produção, ter acesso a educação, cultura e saúde eram os objetivos daquelas famílias.

A fazenda que até então pertencia ao grupo Incepa, empresa produtora de cerâmica, que contraiu dívidas com bancos. Em dezembro de 1991, após alguns meses da ocupação, foi destinada a fins da Reforma Agrária, assentando 108 famílias.

A área passou a ser conhecida como Assentamento Contestado, uma homenagem das famílias sem terras aos trabalhadores rurais que lutaram na Guerra do Contestado (1992 à 1916).

Após 14 anos de assentamento, saltam aos olhos as conquistas que as famílias tiveram. No sábado (10/3), as famílias assentadas realizaram uma grande festa para comemorar o 14º aniversário do assentamento. Foram aproximadamente 500 pessoas participando do momento comemorativo.

O ato político reuniu assentados, autoridades municipais, estaduais e federais como, a prefeita da Lapa Leila Klenko, o deputado federal Dr. Rosinha, o deputado estadual Professor Lemos, o representante do Incra Nilton Bezerra Guedes, os representantes da

Universidade Federal do Paraná Gracialino Dias e Maria Emília, além de amigos e apoiadores da Reforma Agrária.

Para encerrar o dia festivo, foi servido o almoço, quirera, rizoto e outros alimentos, que foi produzido por 13 homens do assentamento.

Hoje, o assentamento se destaca pela produção de alimentos. São cerca de 85 itens de produtos diferentes, desde hortaliças, tubérculos até a apicultura, sendo que, atualmente são 79 famílias certificadas produzindo alimentos sem nenhum tipo de veneno.

Os gêneros alimentícios produzidos pelos assentados são entregues em várias entidades filantrópicas e carentes da região metropolitana de Curitiba, por meio do Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal.

A comercialização é administrada pela cooperativa dos assentados, Terra Livre, operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O projeto teve início em 2004 com 15 famílias envolvidas, atualmente conta com 82 famílias. São beneficiadas diretamente a organizações, como o Hospital Erasto Gaertner (referência, no estado, no tratamento de diversos tipos de câncer), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e o Centro de Formação Urbano e Rural Irmã Araújo (Cefuria) de Curitiba.

O Cefuria recebe os produtos e faz a distribuição para outros 40 grupos da capital, como a Associação de Carrinheiros. Durante a semana são entregues 7 mil quilos de alimentos, desse total são cerca de 85% orgânicos.

Os assentados têm outras formas de venda de alimentos, como comercializar diretamente ao consumidor. Além disso, está em fase de instalação de uma agroindústria de beneficiamento da produção de vegetal para melhorar e qualificar a produção de alimentos e comercialização dos alimentos.

Educação

Além de ser destaque na produção, o assentamento também demonstra sua força na organização da educação, pois conta com todos os níveis de ensino educacional, desde o ensino de educação infantil, à graduação. Nem sempre foi sempre. Só depois de 13 anos de muita luta foi construída a Escola Municipal e o Colégio Estadual Contestado.

Para Sandra Mara, coordenadora do setor de educação do assentamento, a escola é garantia de que as crianças, jovens e adultos permaneçam no campo e que não percam suas raízes. “Podemos fazer a nossa escola. Tem muita luta, mas também tem muito do nosso jeito de fazer, até mesmo pelo processo de luta para conquistar a escola. A escola existe porque nós queremos e compreendemos como um direito”.

Sandra acrescenta que a estrutura educacional dentro do assentamento dá vida à comunidade. “Ter uma escola no assentamento é ter um encontro diário da comunidade,

entre os educandos e educadores, em vários momentos com os pais, são as festas, comemorações, discussões que envolvem as famílias. Aqui a comunidade está sempre sendo valorizada e presente dentro da escola.”

A unidade educacional tem cinco salas de aula, biblioteca, refeitório, cozinha, sala dos professores e diretores, beneficiando, atualmente cerca de 300 alunos.

Agroecologia

Em 27 de agosto de 2005, foi implementada a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA) na sede do assentamento. Fruto de uma iniciativa entre a Via Campesina, com apoio do governo estadual do Paraná e pelo Instituto Federal do Paraná, além do apoio do governo da Venezuela, a escola promove a formação de jovens, oriundos de comunidades camponesas e movimentos sociais da Via Campesina, no curso de graduação Tecnologia em Agroecologia.

Atualmente, está em andamento a terceira turma, chamada de Semente Latina, que conta com 52 educandos de vários estados brasileiros, além de outros países como o Paraguai, Republica Dominicana, Colômbia e Equador.

Para o estudante Elber Jhon Campo, que participa do Movimento Campesino de Cajibío, da Colômbia, o curso fortalece as famílias camponesas que desenvolvem o projeto agroecológico nos movimentos sociais. “Para meu movimento é muito importante participar do curso, porque uma das políticas pra serem desenvolvidas é poder fortalecer os processos da produção agroecológicos”.

Jhon acrescenta que “há que ter presente que não só é uma luta do meu movimento pela produção limpa, é uma luta da Via Campesina, um projeto do mundo inteiro em busca do fortalecimento da agroecologia”.

O curso de graduação tem três anos de duração, com aulas que funcionam por etapas, em regime de alternância, entre tempo escola e tempo comunidade, com uma média de 60 a 70 dias cada etapa.

MST recebe ministra do Meio Ambiente e defende produção agroecológica – Site do MST. 04/04/2013

Ministra Izabella Teixeira, do MMA, participa de um ato público em Nova Venécia, no Espírito Santo, para a assinatura do termo de cooperação técnica para a mobilização e conscientização de assentados para o cadastro ambiental rural.

Nesta sexta (5/4), às 10h, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, visita o assentamento Córrego Alegre, em Nova Venécia (259 Km de Vitória, ES) para conhecer a produção de alimentos com conservação ambiental realizada pelos assentados. Às 13h, a ministra participa de um ato público com o MST e MPA, onde assinará o termo de cooperação técnica para a mobilização e conscientização de assentados para o cadastro ambiental rural. (Ver programação completa ao fim).

“Vamos consolidar o compromisso do MST com a produção de alimentos aliada à conservação do meio ambiente nas áreas de assentamentos rurais. Mas ainda existem muitos entraves a serem resolvidos. Um dos principais problemas é a burocracia que enfrentamos no processo de licenciamento ambiental das nossas áreas. Sem o licenciamento, o trabalhador e a trabalhadora ficam impedidos de ter acesso aos programas de habitação rural e aos créditos iniciais”, explica Adelson Lima, integrante da direção nacional do MST.

Além da comitiva do Ministério do Meio Ambiente, participam da atividade o presidente do INCRA, Carlos Guedes, o Vice-Governador do Espírito Santo, Givaldo Vieira, a senadora Ana Rita e o prefeito de Nova Venécia, Lubiana Barrigueira. A ministra Isabela e as autoridades presentes deverão ainda participar de reunião com o MST e MPA, durante almoço servido pelo assentamento Córrego Alegre com produtos da reforma agrária.

“Reivindicamos a agilidade e ampliação do programa de Agroecologia, a criação de uma política nacional para o reflorestamento em assentamentos rurais e de um programa de doação de mudas e sementes”, completa Adelson.

A implementação de programas que incentivem o reflorestamento de áreas degradadas em assentamentos rurais, desmatadas no passado pelos latifundiários, é uma demanda do MST. Os trabalhadores Sem Terra ainda denunciam os impactos do capitalismo verde no campo brasileiro.

“É necessária a suspensão de programas que não contribuem com a agricultura agroecológica e camponesa, como o REDD (Redução de emissões por desmatamento evitado e degradação florestal) e o atual projeto de Pagamento de Serviço Ambiental que está para ser votado na Câmara dos Deputados. Esses projetos ampliam a expansão do capital financeiro, que quer transformar as florestas em ações na bolsa de valores. Isso é prejudicial a qualquer proposta de agricultura sustentável, com bases agroecológicas”, disse o integrante do MST.

Chamada pública promove a agricultura familiar sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/04/2013

Promover a agricultura familiar sustentável é o objetivo da Chamada Pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para comunidades rurais do Rio Grande do Sul (RS). A estratégia operacional para execução dos contratos será definida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Emater/RS, nos próximos dias 8 e 9 de abril, em reunião que será realizada na sede da Emater, em Porto Alegre.

Os trabalhos de campo começam em abril nas 12 regiões administrativas onde a Emater/RS atua, garantindo assistência técnica aos agricultores familiares durante três anos com possibilidade de prorrogação para mais dois.

A Ater com foco na sustentabilidade vai beneficiar 20.600 famílias, em cem municípios gaúchos, envolvendo 234 técnicos e extensionistas da Emater/RS. Uma das metas do

trabalho é o manejo sustentável do solo, da água e dos insumos, o que permitirá a produção de alimentos mais saudáveis, além do aumento na renda dos agricultores familiares.

“A iniciativa da Emater/RS de organizar e sistematizar a assistência técnica no estado, com uma participação efetiva do MDA, é importante principalmente para os agricultores que são os maiores beneficiados quando recebem uma Ater de qualidade”, destaca o diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) da Secretaria da Agricultura Familiar do MDA, Argileu Martins da Silva.

Execução

O presidente da Emater/RS, Lino De David, explica que em todo o processo, do diagnóstico à execução, haverá envolvimento de prefeituras, sindicatos, cooperativas e conselhos municipais. “Estamos em processo de ampliação da capacidade operacional da Ater do Rio Grande do Sul, baseada na força de trabalho, na disponibilização de equipamentos e em investimentos na qualificação dos profissionais”, acrescenta.

De David ressalta que o desafio é “consolidar a Ater na perspectiva de se tornar uma política de Estado mais efetiva, permanente e continuada, garantindo a sustentabilidade econômica, social e ambiental das famílias de agricultores e públicos assistidos.”

Avaliações

As etapas e as metodologias aplicadas nas Chamadas Públicas do Rio Grande do Sul foram analisadas em um seminário, que reuniu em Porto Alegre, entre os dias 25 e 27 de março, representantes do MDA, mais de 80 técnicos e extensionistas, bem como gerentes estaduais e regionais da Emater/RS.

O coordenador de crédito rural da Emater/RS, Cezar Henrique Ferreira, contou que foram apresentadas as avaliações das Chamadas anteriores por meio dos relatórios elaborados ao final de cada contrato. “Os resultados de uma pesquisa feita com 294 técnicos de Ater mostraram que há um bom nível de satisfação em relação ao trabalho executado”, disse Ferreira.

Via Campesina adere ao CAR. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 05/04/2013

Assinatura de acordos fortalecerá atividades no campo

A agricultura camponesa é a mais nova parceria do Ministério do Meio Ambiente (MMA) na implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Na tarde desta sexta-feira (5/4), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, esteve no município capixaba de Nova Venécia (250km da capital, Vitória) para assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e duas entidades representativas, ligadas

à Via Campesina: o Instituto de Direitos Humanos 17 de Abril e a Associação Nacional da Agricultura Camponesa.

A assinatura do Acordo, que aconteceu no Lions Clube de Nova Venécia, contou, ainda, com a presença do vice-governador do estado do Espírito Santo, Givaldo Vieira, da senadora Ana Rita, da deputada federal Iriny Lopes, do presidente do Incra Carlos Guedes, do prefeito de Nova Venécia Mario Sérgio Lubiana, do representante do Espírito Santo na liderança do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e que também faz parte da Via Campesina, Raul Krauser, além de representantes de diversas entidades ligadas aos movimentos sociais do campo.

“O fortalecimento do CAR no Espírito Santo nasce aqui, especialmente com o apoio dos agricultores camponeses da região em assentamentos que produzem, preservam e geram renda”, destacou a ministra Izabella. Ela apontou, ainda, a importância de juntos, governo e sociedade, lutarem por uma reforma agrária digna, com políticas ambientais sólidas. Na avaliação da ministra do Meio Ambiente, “se não resolvermos o problema da terra, não conseguiremos preservar o meio ambiente e não será possível avançar com políticas públicas inclusivas”.

INTEGRAÇÃO

Ao explicar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Izabella Teixeira destacou o papel do CAR como registro público eletrônico de informações ambientais, além da sua obrigatoriedade para mais de 5,4 milhões de propriedades rurais em todo o país. Segundo a ministra, “por meio dessa ferramenta, conseguiremos integrar os dados ambientais das propriedades”.

Também por meio do cadastro será possível compor uma ampla base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e combate ao desmatamento. O cadastro consiste no georreferenciamento do perímetro do imóvel, dos remanescentes de vegetação nativa, das áreas de preservação permanente, de reserva legal, de uso restrito e das áreas consolidadas.

CAMPONESES

O representante do Espírito Santo na liderança do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), que também faz parte da Via Campesina, Raul Krauser, falou em nome das duas entidades que assinaram a parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para implantação do CAR. De acordo com Krauser, “nós, os camponeses, queremos continuar a produzir alimentos saudáveis para o povo brasileiro”. Para ele, nada pode impedir o camponês de exercer seu ofício, mostrando preocupação com pulverizações aéreas de agriculturas em áreas próximas a assentamentos e uso excessivo de agrotóxicos.

Raul Krauser também relatou a satisfação do movimento na parceria com o MMA para implantação do CAR e destacou o comprometimento dos movimentos sociais com a

regularização de imóveis rurais. “No Espírito Santo e em todo o Brasil vamos auxiliar na implantação do cadastro no que for possível, pois somos parceiros do ministério nesse processo, que será uma porta de abertura para uma série de políticas públicas a favor do camponês”.

PARCERIA

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) está sendo implantado em todo o país, a partir de uma gestão compartilhada e inovadora, envolvendo órgãos federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais, instituições financeiras e, diretamente, entidades representativas dos agricultores de todo o país.

As entidades que firmaram o Acordo de Cooperação com o Ministério do Meio Ambiente, nesta sexta-feira, fazem parte da Via Campesina e comprometem-se a implementar ações de sensibilização e informação dos produtores rurais sobre o CAR e a regularização ambiental de imóveis rurais. O Instituto de Direitos Humanos 17 de Abril é uma entidade ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). E um de seus objetivos é a defesa e preservação do meio ambiente, além da promoção do desenvolvimento sustentável.

A Associação Nacional da Agricultura Camponesa é coordenada pelo movimento de pequenos agricultores, formado por milhares de grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é a produção de alimentos saudáveis.

SAIBA MAIS

O CAR foi instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e regulamentado pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012 (Nova Lei Florestal), que tornam o Cadastro Ambiental Rural obrigatório para todos os imóveis rurais. O Cadastro será feito via internet, por meio do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR) ou nos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Durante o cadastramento, o produtor deverá indicar a localização georreferenciada da propriedade, perímetro, áreas de vegetação nativa, Áreas de Preservação Permanente (APP), de Reserva Legal (RL) e de uso restrito. A partir daí, o CAR irá operar como uma base de dados, com integração de informações ambientais das propriedades e posses rurais, com diversas aplicações, tanto para o controle e monitoramento do desmatamento, como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis.

PRAZO

O prazo para aderir ao CAR será de apenas um ano, renovável por igual período, a contar da data de publicação de lançamento do CAR, que ocorrerá por meio da edição de instrumento normativo do Ministério do Meio Ambiente. O lançamento do Cadastro Ambiental Rural, em âmbito nacional, dependerá da conclusão da fase de testes do módulo de inscrição e gestão do SiCAR. Além disso, será realizada articulação pelo

Ministério do Meio Ambiente junto às unidades da Federação, por meio da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), no sentido de definir a data em que os estados possam iniciar as atividades relacionadas ao cadastro. Este lançamento ocorrerá por ato administrativo da Ministra do Meio Ambiente.

Ministra Izabella Teixeira visita assentamento modelo de agricultura sustentável em Nova Venécia (ES) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 05/04/2013

Nascentes preservadas, hortas orgânicas e lavouras integradas com áreas de Reserva Legal são experiências desenvolvidas no assentamento Córrego Alegre, localizado a 3 km do município de Nova Venécia, no Espírito Santo, que deram certo e o Ministério do Meio Ambiente quer conhecer para replicar em outras regiões. Na manhã desta sexta-feira (05/04), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, visitou o assentamento e as atividades sustentáveis desenvolvidas no local, onde hoje vivem cerca de 16 famílias com 100 produtores camponeses.

Além da ministra do Meio Ambiente, participaram da visita ao assentamento o vice-governador do estado do Espírito Santo, Givaldo Vieira, a senadora Ana Rita, a deputada federal Iriny Lopes, o presidente do Incra, Carlos Guedes, o prefeito de Nova Venécia, Mario Sérgio Lubiana, o presidente e o vice-presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Córrego Alegre, Aroldo Nascimento e Juraci Quintino, além de representantes do Movimento dos Sem Terra (MST) e Via Campesina.

Preservar para produzir

“Tudo o que é produzido aqui é feito a partir de uma agricultura simples e sem o uso excessivo de produtos químicos e agrotóxicos”, explicou o presidente do assentamento, Aroldo Nascimento. Ele destaca que além de aumentar a produtividade nas hortas, as práticas sustentáveis elevaram a produção do café da espécie conilon. “Nesta safra, já conseguimos colher cerca de 1 mil sacas de café, tudo com técnicas naturais e sem o uso de mecanização durante a colheita”.

Ao conhecer uma das hortas do assentamento, que produz hortaliças orgânicas (sem o uso de agrotóxicos), Izabella Teixeira conversou com os trabalhadores camponeses sobre a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que está sendo discutida e elaborada por um grupo interministerial. “Podemos replicar essa experiência de sucesso que vem sendo desenvolvida aqui em outros assentamentos, de modo que mais trabalhadores camponeses invistam na produção orgânica”.

Essa e outras duas hortas do assentamento produzem hortaliças sem o uso de agrotóxicos e já são comercializadas com o selo de Produtos Orgânicos do governo federal, concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A

produção é comercializada em feiras de produtores e em um mercado orgânico localizado nas proximidades da cidade de Nova Venécia.

Água pura

Uma nascente de água totalmente preservada, entre lavouras, hortas e com uma extensa área de Reserva Legal, foi apontada por Izabella Teixeira como diferencial do assentamento. A ministra explica que essa espécie de “corredor ecológico”, com fartura de água entre as plantações, garante a riqueza e qualidade da produção. “O assentamento deve fazer o possível e o impossível para manter essa área preservada”, recomendou Izabella. Ela comenta que, com orientações da Agência Nacional de Águas (ANA) e do órgão estadual de Meio Ambiente, será possível elaborar estratégias para manter a área preservada. “Com o apoio desses órgãos estaduais e federais vocês podem manter por muitos e muitos anos essa nascente pura, limpa e preservada”.

Por fim, como parte da visita, a ministra conheceu uma represa do córrego que abastece o assentamento e serve para irrigação, que está sendo contaminado pelo esgoto da cidade de Nova Venécia. “Vamos providenciar estudos de impacto ambiental para verificar o nível de contaminação, mas, antes disso, os assentados já podem iniciar um trabalho de limpeza com ações simples”, orientou Izabella. A ministra afirma que, com a limpeza da espuma que se forma próximo à água e com pequenas barreiras para a poluição não espalhar para níveis mais extensos de água, é recomendável para um tratamento inicial da água.

O vice-prefeito de Nova Venécia, Mario Sérgio Lubiana, reforçou o compromisso da prefeitura com o assentamento para a construção de uma estação de tratamento no córrego. “Semana passada firmamos um acordo com investimento de mais de R\$ 17 milhões em tratamento de água e esgoto para toda a cidade, e, numa segunda etapa desse projeto, queremos incluir essa área do assentamento Córrego Alegre no projeto de melhoria”. Para ele, tais ações garantirão a preservação de todas as áreas de nascente e córrego, além de assegurar as atividades econômicas em toda a região.

Compromisso de todos

O presidente e o vice-presidente da Associação de Pequenos Produtores do Assentamento Córrego Alegre, Aroldo Nascimento e Juraci Quintino, mostraram que o compromisso das 16 famílias que vivem no assentamento está totalmente firmado em bases ambientais, sendo a preocupação de todos a preservação do meio ambiente onde vivem. “Uma das coisas mais importantes que vemos por aqui é a preocupação de todos com o ambiente onde moramos, pois sabemos que a nossa produção somente é possível com práticas sustentáveis”, disse Aroldo Nascimento.

A representatividade do papel das mulheres no assentamento Córrego Alegre foi destacada pela camponesa Ironete Gazoli. Ela conta que as mulheres trabalham desde a organização da casa até na lavoura de café e nas hortas. “É muito gratificante a gente ver que o nosso trabalho de anos é reconhecido”, disse Ironete. Ela conta que a

produção e a preservação são exemplares e muitos chegam a compará-las às de grandes fazendas.

A camponesa conta que toda a produção do assentamento, que é principalmente de café e hortaliças, é comercializada de diversas formas, de modo a garantir renda às 16 famílias que vivem na região. “Comercializamos nas feiras livres da cidade, lojas de orgânicos, e na cidade vendemos de porta em porta”.

Até as crianças estão envolvidas com o compromisso ambiental no assentamento. Daniel Fonseca, 9 anos, e Mateus Nascimento, 6 anos, contam que os pais trabalham em hortas e com a produção de café. E, desde pequenos, eles já sabem da importância de preservar para produzir melhor. “Desde criança estamos aprendendo, pelo que os nossos pais fazem, de não jogar lixo na água e de comer legumes produzidos sem agrotóxicos. Sabemos que isso faz bem para as pessoas”, disseram.

Ação do MDA promove agricultura agroecológica e orgânica no Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 08/04/2013

Cerca de 1,5 mil agricultores familiares do Paraná participam, a partir deste mês, de um projeto que vai melhorar a qualidade e aumentar a produtividade da agricultura orgânica e agroecológica na região metropolitana sul de Curitiba (PR).

Eles serão beneficiados pelo Projeto de Apoio à Inovação Tecnológica, resultado de contrato de repasse firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). O contrato, no valor de R\$ 491,4 mil, prevê a implantação de 28 unidades de referência em produção orgânica ou agroecológica em nove municípios – Lapa, Contenda, Campo do Tenente, Rio Negro, Quitandinha, Balsa Nova, Agudos do Sul, Piên e Mandirituba.

As atividades vão estruturar unidades de produção de feijão, milho, soja, olerícolas e criações, em um período de 24 meses. “Quando a nova prática agrícola tiver sido apropriada pelos agricultores familiares, ela poderá ser multiplicada. Consolidadas essas propriedades de referência, elas serão base para linhas de crédito do Pronaf, compras governamentais e outras ações para fortalecer a agricultura agroecológica na região”, explica o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini.

Segundo ele, o MDA quer fortalecer as parcerias entre os produtores da região com as universidades, a assistência técnica e as empresas para gerar ações integradas que beneficiem toda a cadeia dos produtos envolvidos. A ação integra a Emater-PR, que tem um forte trabalho de agroecologia na região, além do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia e instituições da agricultura familiar, como a Organização Paranaense de Agricultura Orgânica e Agroecologia (OPA).

“Também temos o interesse de fortalecer a agricultura orgânica na região porque ela tem uma função de proteger as águas e os mananciais, com práticas consolidadas de agricultura orgânica e práticas agroecológicas”, acrescenta o secretário.

Origem do projeto

A ideia do projeto nasceu a partir da demanda apontada na Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e na Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas em 2012. Os participantes indicaram a necessidade de ampliar a comercialização de orgânicos em mercados locais, regionais e institucionais, por meio de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, ou seja, com ações que promovam uma produção com mais qualidade.

Atividades

Eventos técnicos com agricultores familiares e capacitação de técnicos serão organizados para difundir tecnologias. O projeto prevê um encontro estadual para técnicos, com troca de experiências agroecológicas e orgânicas. Os agricultores familiares farão curso básico de agroecologia e participarão de troca de experiências em fruticultura, olericultura e produção de sementes, entre outras atividades de formação.

Está prevista, ainda, a realização do 3º Encontro Regional de Agricultura Orgânica com oficinas para agricultores, técnicos, comerciantes (cooperativas e empresas) e entidades governamentais com o objetivo de discutir a produção orgânica nos mercados regional e nacional.

Contexto

O projeto está inserido em um objetivo maior do MDA, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), a ser lançado este ano pela Presidência da República.

Caminhos da natureza no Sul do Brasil. Érica Magni – O Globo, Ciência. 09/04/2013

Parceria entre empresa hidroelétrica, agricultores e ambientalistas começa a dar frutos em Itaipu, onde geração de energia, agricultura e vida selvagem se encontram

FOZ DO IGUAÇU - O corredor de biodiversidade que margeia o Parque Nacional do Iguaçu chama a atenção de quem sobrevoa centenas de quilômetros de terras cultivadas por agricultores do Oeste do Paraná. Há dez anos, o tradicional plantio de soja e milho teve que dividir espaço com 43 milhões de árvores, entre elas diversas espécies nativas, como o ipê, que estão voltando a fazer parte da paisagem sulista. As mudas foram replantadas através de programas que visam a restituir muito do que foi perdido em flora e fauna, desde o início das obras da hidrelétrica Itaipu Binacional, em 1982.

Em linha reta, a faixa verde de proteção dessas matas equivale à distância que separa Foz do Iguaçu do Rio de Janeiro (1.321 km). O primeiro passo para a implantação desse corredor foi reavaliar a relação do homem com a terra. A participação de proprietários rurais foi fundamental para o sucesso da empreitada. No entanto, muito ainda precisa ser feito, já que a agroindústria gaúcha não para de crescer e é preciso conciliar esse crescimento com a manutenção e a ampliação do corredor.

— Sensibilizar os fazendeiros foi a parte mais difícil. A cultura rural está diretamente ligada ao espaço físico de plantio, ou seja, quanto mais área plantada, mais colheita. No início realizamos diversos encontros para alertá-los da importância da preservação das áreas que margeiam o rio, a chamada mata ciliar. Outro ponto bastante trabalhado foi o saneamento ambiental das propriedades ao redor — explica Nelton Miguel Friedrich, diretor de Coordenação do Programa Cultivando Água Boa.

O reflorestamento já exhibe resultados. O Corredor Ecológico de Itaipu tem 27 quilômetros de extensão e aproximadamente 70 metros de largura. A sua função principal é garantir a diversidade genética e o intercâmbio das espécies, que circulam livremente pelo ambiente onde o uso desenfreado do solo predomina.

De acordo com o diretor, o programa é inspirado em documentos planetários. Entre eles, a Carta da Terra, Agenda 21 e Metas do Milênio, além das recomendações da Conferência Nacional do Meio Ambiente e no princípio da Ética do Cuidado. O trabalho também pretende contribuir com o combate às causas das mudanças climáticas.

Com a volta das árvores, retornaram também as flores e os pássaros. E para dar uma força no processo de reflorestamento, a ajuda das abelhas é fundamental, já que elas são essenciais ao processo de polinização, que consiste em estabelecer o encontro entre os gametas masculino e feminino para produzir a fecundação. As abelhas sem ferrão, mais conhecidas como meliponídeas, são as protagonistas desse processo natural. Elas, que antes já estavam longe do seu habitat, hoje estão voltando, mesmo que ainda timidamente, através das mãos do homem. Um desses reintrodutores se chama Ângelo D'Valoto, que se dedica à criação de abelhas nativas como a Jataí e a Iraí, ambas sem ferrão:

— Essas espécies produzem menos mel do que as abelhas africanizadas, mas são mais eficientes na polinização natural. Além disso, o mel delas é mais valorizado, ele tem uma consistência mais líquida, e é muito usado medicinalmente. A criação é bem simples — diz D'Valoto.

De acordo com o apicultor, as abelhas podem ser instaladas em ambientes diversos como ocos de pau, tubos de PVC ou colmeias feitas de madeira construídas especificamente para este fim, chamadas de caixas ou cortiços. As modulares, com espaços distintos para ninhos e potes, facilitam o manejo.

— Esses ambientes não devem ser muito altos porque as abelhas preferem trabalhar na horizontal, não na vertical. Estamos introduzindo as caixas em pontos-chaves, nas matas ciliares que margeiam o reservatório e suas redondezas — explica.

Segundo Pedro da Silva, diretor da Coofamel (Cooperativa Agrofamiliar Solidária dos Apicultores da Costa Oeste do Paraná), a abelha jataí é o foco dos futuros investimentos da instituição, que com seis anos de atividade, já consolidou a apicultura de abelhas africanizadas na região.

A estimativa é que sejam coletadas aproximadamente 200 toneladas de mel até o final desta estação melífera. Ele afirma que de 40% a 50% da produção dos produtores da cooperativa serão exportadas para os Estados Unidos e países europeus, o que representará cerca de 80 a 100 toneladas de mel brasileiro circulando no exterior.

— A Coofamel atende em torno de mil colmeias da Jataí. É um mel cuja produção é pequena, mas com potencial grande de crescimento — acrescenta Silva.

O grande desafio na gestão da Coofamel, assim como de outras ações do programa, é manter o agricultor e o pecuarista no campo produzindo em harmonia com a fauna e a flora, já que ele seria o guardião dos espaços verdes em expansão.

— Queremos dar a eles as ferramentas necessárias para o desenvolvimento da agricultura familiar, e garantir o sustento e o desenvolvimento nas áreas rurais — diz Leandro Franzen, que é associado à cooperativa, e participa do comitê gestor que organiza as ações realizadas pelos criadores de abelhas.

Os últimos dados de gerenciamento das atividades de apicultura na região apontam que o maior custo de produção é de R\$1,60 por quilo de mel, enquanto o preço pago ao apicultor gira entre R\$4,22 e R\$4,60. A atividade, portanto, consegue obter margem de lucro de aproximadamente 260%.

— Para novos produtores, tendo em vista os investimentos iniciais, a apicultura se viabiliza, geralmente, em um ou dois anos. É uma atividade rentável, que ainda pode gerar lucros com os subprodutos como própolis, cera e geleia real — diz Valdir João Mocellin, apicultor recentemente associado.

Além das abelhas jataís ganharem investimento, a cadeia produtiva de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos também vai receber grande estímulo este ano através do acordo de cooperação firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Itaipu Binacional.

A articulação entre as três instituições quer promover ações para implementar o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. A ideia é que os parceiros contribuam para desenvolver os arranjos produtivos locais, envolvendo a agricultura familiar e as tribos das comunidades avá-guarani Tekoha Añetete, Tekoha Itamarã e Tekoha Ocoy, que vivem no Oeste do Paraná.

— A variedade de etnias que habitam em nossas terras é riquíssima. E é urgente viabilizar acesso aos programas de sustentabilidade e qualidade de vida para todos. Nas comunidades indígenas nos esforçamos para que o legado da relação do homem e o respeito à terra sejam preservados — diz João Carlos Bernardes, que é articulador entre a Itaipu e as comunidades indígenas que vivem no município de Diamante do Oeste.

Outro local importante para o desenvolvimento dos projetos é o Refúgio Biológico Bela Vista, em Foz do Iguaçu, onde são criados animais da fauna local. O parque recebe visitação de estudantes e turistas de todo o país, e também serve se instalação para os viveiros de mudas, cada um com 25 m².

Esses canteiros têm capacidade de produção de mil mudas por mês em média, que são doadas a diversas instituições para implantação de hortas medicinais ou transplantadas para o horto medicinal que também fica dentro do refúgio.

— O viveiro de mudas abastece principalmente o reflorestamento do Corredor Ecológico. Plantamos mais de 70 espécies de árvores como o angico vermelho, gurucaia, canjarana, peroba e outras. Depois de seis meses de plantadas, as mudas já podem ser transportadas para outros lugares. Atualmente, temos cinco pessoas que trabalham só no cultivo das mudas — salienta o coordenador do reflorestamento Jorge Borges.

No horto são cultivadas mais de 140 espécies de plantas medicinais em uma área de dois hectares. Ele fornece mudas para escolas, assentamentos e prefeituras para dar início aos trabalhos de implantação de novos hortos. O cultivo é orgânico, sem uso de agrotóxicos. Há também um ervanário, onde as plantas são processadas, embaladas e armazenadas para serem comercializadas principalmente pela indústria de cosméticos.

A terra que produz remédios também abre espaço para o cultivo de alimentos orgânicos. Mais de 800 agricultores receberam treinamento para produzir sem agrotóxicos ou transgênicos.

E das águas também se obtêm rentabilidade com sustentabilidade. O projeto “Mais peixe em nossas águas” é outra ação que exhibe resultados expressivos. No reservatório, 71 pescadores aprenderam a fazer o manejo sustentável do pacu, um dos peixes típicos da região, em tanques-rede. São, ao todo, 600 tanques, cada um com capacidade para produzir até 300 quilos peixe.

— A pesca extrativa é muito sofrida, tanto para o pescador como para o peixe, que não tem o tempo necessário para a reprodução — afirma o criador de peixes Estevam Martins de Souza. Em tanque-rede, numa área de dez metros é possível produzir em média 60 toneladas de peixe a cada oito meses, tempo que a natureza demanda para que os animais possam ser consumidos. Num tanque escoado como num açude, por exemplo, a produção é de apenas 6 a 10 toneladas.

Segundo ele, cada gaiola comporta até 250 quilos de peixe, e para sua criação são gastos na alimentação de cada ciclo 500 quilos de ração, o que no final das contas gera um custo de R\$ 700 por tanque.

A venda do quilo do pacu gira em torno de R\$ 6. Por ciclo, o pescador que possuiu 30 tanques vai lucrar em média R\$15 mil em oito meses. Atualmente, só o pacu é criado no sistema de tanque-rede. Porém, os pescadores locais travaram uma luta para que a criação da tilápia seja autorizada nas águas do reservatório, visto que há um acordo entre Brasil e Paraguai proibindo a prática:

— Apesar de o pacu ser um excelente peixe, de carne saborosa e nutritiva, ainda não é famoso nas mesas brasileiras. A tilápia é muito mais conhecida e difundida no meio gastronômico. O comércio final seria mais fácil. Para isso, enviamos um abaixo assinado ao Ministério da Pesca e Agricultura. Vamos ver o que acontece — diz Souza.

Espaço criado em 1982 abriga desalojados pela usina

No Refúgio Biológico Bela Vista vive um casal ilustre que é a sensação entre os visitantes. Juma (18 anos) e Valente (6 anos) são duas onças pintadas, espécie ameaçada de extinção.

Diariamente, cada uma consome três quilos de carne, explica o médico veterinário Wanderlei de Moraes, responsável pelo refúgio:

—A Juma chegou em 2002, bastante debilitada. Foi capturada em armadilha. Estava caçando animais domésticos numa fazenda próxima ao Parque Nacional do Iguaçu. Desidratada, ela tinha infecção no focinho e na gengiva, além dos caninos quebrados. Optamos por mantê-la em cativeiro, considerando que uma onça-pintada vive apenas 10 a 12 anos em vida livre. Presa, a espécie chega a viver em torno de 25 anos.

Com 1.920 hectares para receber milhares de plantas e animais, desalojados durante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o refúgio Biológico Bela Vista, que está localizado entre o Parque Nacional do Iguaçu e a Ilha Grande, desempenha um papel fundamental na preservação do meio ambiente na Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina).

No local também são criados outros animais da fauna nativa, como uma família de macacos-pregos, gambás, cervo-do-pantanal, tamanduá bandeira e aves raras.

Devido ao nascimento e à sobrevivência de 11 harpias, (*Harpia harpyja*), também chamada gavião-real, o local se consolidou como o promotor do programa de reprodução em cativeiro dessa que é uma das maiores aves de rapina do mundo.

O zoológico surgiu com a operação Mymba Kuera (“pega bicho”, em Guarani), que recolheu milhares de animais em 1982, após o desmatamento para a construção das barragens.

Brasil e América Latina precisam investir na comunicação da sustentabilidade, diz especialista – Site da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos econômicos. 10/04/2013

“A sustentabilidade é um caminho irreversível”. Foi assim que o professor italiano da Universidade de Bologna e coordenador do Projeto Salsa, Cesare Zanasi, iniciou o Simpósio Internacional sobre iniciativas de sustentabilidade e tendências na Europa e América Latina: identificação e promoção de sinergias, nesta quarta-feira, dia 10 de abril, no auditório da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Sistema FAMASUL). O projeto Salsa, que conta com recursos da União Europeia, tem como finalidade aumentar a sustentabilidade das cadeias produtivas da soja e da carne bovina, realizando intercâmbio de informações entre a Europa e a América Latina.

Para Zanasi, o programa visa criar sistemas de trabalhos na tentativa de tratar o tema de modo completo. Durante a palestra, a comunicação ao consumidor final foi amplamente abordada. “Os consumidores europeus estão cada vez mais questionadores sobre as características do produto em relação à questão ambiental”, comenta o especialista, enfatizando que aspectos como o impacto da matéria-prima no meio ambiente é critério levado em conta na hora da compra.

Na avaliação dele, ainda falta ao Brasil e à América Latina investir mais em comunicação sobre a sustentabilidade da produção de alimentos. “Na Europa não sabemos o que ocorre no Brasil e na América Latina no que diz respeito à produção de alimentos. Já aqui, no mercado brasileiro, falta saber qual é a real demanda europeia. É este o desafio do Salsa, diminuir a distância entre os dois continentes”, enfatiza.

Já o professor da Universidade de Gantes, na Bélgica, Xavier Gellynk, falou sobre a percepção do consumo sustentável na Europa. “Ainda há problemas entre as formas e os fluxos de informação sobre as práticas da cadeia produtiva, a composição e as características do produto”, declara.

Apesar desta nova consciência, Gellynk cita que a pegada ecológica, ou seja, o cálculo do consumo humano e a produção de lixo da Bélgica é de sete hectares por pessoa atualmente, muito acima da média mundial – que é de 2,7 hectares per capita – e do nível considerado ideal – 1,8 hectare por pessoa. “Com esta alta pegada ecológica, se todos os países aderirem ao estilo de vida da Bélgica, o planeta Terra teria que ser quatro vezes maior”, alerta o especialista.

A visão da indústria foi abordada pelo diretor do Instituto Campdem da Hungria, András Sebok. Conforme ele, o setor tem o desafio de buscar a sustentabilidade sem perder a competitividade. “Precisamos de informações científicas para dar suporte à indústria. Exemplo das dificuldades atuais é o que fazer para aperfeiçoar o uso de embalagens no impacto ambiental”, destaca.

Sobre o evento

O Simpósio Internacional, promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Sistema FAMASUL, Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), acontece na Federação da Agricultura e Pecuária do MS (Sistema FAMASUL) até o dia 12 de abril. A programação do encontro prevê workshops sobre a formação de clusters para exportação e análises da cadeia produtiva da soja e da carne bovina.

Comissão finaliza Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 11/04/2013

Representantes de entidades governamentais e não governamentais se reuniram, nesta quinta-feira (11), em Brasília, para discutir a versão final do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). O encontro continua na sexta-feira (12), quando será definida a próxima reunião e os encaminhamentos para a implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), instituída em 2012 (pelo Decreto 7.794).

“Estamos chegando a um documento histórico, um plano de política integral de agroecologia”, afirmou o secretário nacional da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchini, coordenador da Comissão Nacional da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo). Bianchini apresentou, nesta terceira reunião da comissão, a síntese das ações da Câmara Interministerial da Pnapo.

As discussões consideram a importância da pesquisa para avançar em desafios para a agroecologia e, ainda, como adequar normas de chamadas públicas para a extensão rural voltada à agroecologia.

Bianchini observa que o Plano traz linhas estratégicas importantes no campo da produção, seja no crédito, na infraestrutura, no registro dos produtos, regulamentos técnicos, redução de uso do agrotóxico.

Redução de agrotóxicos

O secretário executivo da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Dênis Monteiro, elogiou a inclusão de ações para redução de agrotóxicos e sugeriu a inclusão de medidas relacionadas a transgênicos. Ele comemorou a construção da política, que conta com participação da sociedade civil e do governo. “Esse esforço está refletido no documento, que está mais abrangente e consistente do que as versões anteriores”, disse Monteiro.

“Essa política traz algo intocável, que é uma intenção muito grande de fazer uma revolução, de retomar rumos”, afirmou Elson Borges dos Santos, da Câmara Temática de Agricultura Orgânica. Para ele, o trabalho vai “restaurar e reinventar tecnologias para a agricultura e para a produção”.

Produção

Na coordenação da reunião, estavam o assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, Selvino Heck, e Generosa de Oliveira, do conselho administrativo da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes). Participaram da mesa de trabalho o secretário executivo da ANA, Dênis Monteiro, a secretária executiva do Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, Maria Verônica de Santana, e Elson Borges dos Santos.

No período da tarde, grupos temáticos fazem novos debates sobre o documento. São grupos de trabalho dos temas produção, comercialização e consumo, conhecimento e uso e conservação dos recursos naturais.

Reforço à produção de orgânicos. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 12/04/2013

Comissão Nacional de Agroecologia destaca importância do levantamento de variedades de sementes crioulas e tradicionais

O papel do Ministério do Meio Ambiente no apoio à agrobiodiversidade foi discutido durante a 3ª Reunião da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), realizada nessa quinta e sexta-feira (11 e 12/4), no Palácio do Planalto, em Brasília. A Comissão discute, por meio de grupo formado por representantes do governo e sociedade civil, a elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), previsto para ser lançado nos próximos meses. Trata-se de ferramenta de apoio à produção de orgânicos, conservação dos recursos naturais, pesquisa e consumo.

“Quanto à agrobiodiversidade, será necessário investir no levantamento de variedades de sementes crioulas, tradicionais e locais, na infraestrutura e suporte técnico e operacional para a manutenção e funcionamento dos bancos de sementes comunitários”, explicou a assessora da Gerência de Agroextrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Cláudia Souza. “Também na validação e registro de cultivares de interesse social para o zoneamento agrícola, assegurando cobertura pelo seguro agrícola”, completou Cláudia. A agrobiodiversidade é resultado da relação entre o homem com as diversas práticas agrícolas, com ações de preservação do meio ambiente e inclusão social.

Durante a reunião, a Comissão destacou a necessidade de ampliação do levantamento de informações sobre a produção extrativista sustentável e sobre vários aspectos das comunidades que realizam a exploração de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs). O grupo também ressaltou a importância da revisão e debate sobre os níveis toleráveis de agrotóxicos presentes na água para irrigação e no consumo humano e animal, além do monitoramento da contaminação por agrotóxicos no solo, na água e no ar.

SAIBA MAIS

A Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) discute, desde novembro de 2012, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). O grupo propõe diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades, promovendo o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital.

Fazem parte da Comissão os ministérios do Meio Ambiente (MMA), Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Desenvolvimento Agrário (MDA), Casa Civil da Presidência da República, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outros órgãos do governo. Além de diversas associações representativas da agroecologia e orgânicos.

Governança fundiária deve garantir acesso democrático à terra, aponta ministro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/04/2013

“No Brasil, o ordenamento fundiário tem que ser instrumento para o desenvolvimento rural sustentável focado nos eixos econômico, social e ambiental, o que coloca a necessidade de se ter um desenvolvimento inclusivo”. A afirmativa foi feita pelo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, na manhã desta segunda-feira (15), durante sua participação na 1ª Oficina Internacional de Governança Fundiária, que ocorre em Brasília até o próximo dia 17.

Na sua apresentação, no painel de abertura do evento, intitulado Desenvolvimento Rural e Ordenamento Fundiário: Perspectivas e Desafios Contemporâneos, Pepe Vargas destacou outros aspectos relacionados ao modelo de desenvolvimento, levando em conta a dimensão ambiental. Segundo ele, é necessário que também seja um modelo fomentador de novos padrões de produção e de consumo.

“Nesse sentido, uma política de governança fundiária que persiga esse modelo tem que, basicamente, permitir uma intervenção do poder público na gestão das terras e dos recursos naturais para garantir essa sustentabilidade econômica, social e ambiental. Acho que esse tem de ser o objetivo de uma governança fundiária, o que nos remete à discussão de uma dimensão ética do tema”, sublinhou o ministro.

Na análise apresentada, Pepe salientou que a governança fundiária e os seus instrumentos não são somente para orientar investimentos privados e promover segurança jurídica, embora isso também seja importante. “Não pode ser uma governança fundiária voltada só ao mercado; ela precisa, necessariamente, utilizar políticas públicas que garantam ou busquem democratizar o acesso à terra, aos recursos naturais visando a segurança alimentar e nutricional da população e a soberania alimentar do País”, completou.

Oficina Internacional de Governança Fundiária

Além da participação do ministro Pepe Vargas, o primeiro painel contou, ainda, com a representante da Agrosup/INRA, da França, Yannick Sencébé, e com o representante da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura no Brasil (FAO), Alan Bojanic. A oficina, realizada no auditório da FAO, é promovida pela Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA, por meio do projeto de cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Os debates e palestras visam nivelar e estabelecer o intercâmbio das políticas de governança da terra a partir de experiências trazidas por representantes da Argentina, Uruguai, México e França. Outro propósito do evento é o de orientar atividades futuras que irão subsidiar o Iº Seminário Internacional de Governança Fundiária, marcado para 2014, no Brasil.

Na tarde desta segunda-feira (15), haverá a apresentação das ações previstas na parceria entre a SRA/MDA e a UFSC, que será feita pelo coordenador do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) e do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da UFSC, professor Ademir Cazella. Em seguida, serão anunciadas experiências de ordenamento fundiário da França e Uruguai.

O Programa

O Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária do MDA viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, por meio da segurança jurídica da posse do imóvel. Atende as áreas rurais devolutas de domínio estadual e consiste numa ação social que, por meio do reordenamento agrário, garante a segurança jurídica aos agricultores familiares e o acesso às demais políticas públicas do governo, entre elas o crédito rural e a assistência técnica (Ater).

Permite o conhecimento da situação fundiária brasileira, tornando-se um instrumento para o planejamento e a proposição de políticas públicas locais. As áreas prioritárias de atuação são aquelas nas quais há ocorrência de posses passíveis de titulação, concentração de pequenas propriedades, bem como áreas onde existam projetos de desenvolvimento territorial e local.

Manejo sustentável da caatinga é opção de renda para famílias assentadas no Piauí – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2013

Cerca de 200 famílias assentadas nos municípios piauienses de Lagoa do Sítio e Brasileira terão renda garantida com a comercialização de lenha, estacas, carvão e outros produtos obtidos a partir de projeto de manejo sustentável da caatinga, com financiamento do Serviço Florestal Brasileiro (SBF) e do Ministério do Meio Ambiente. Os cinco assentamentos com planos de manejo no estado já receberam autorização de

exploração florestal da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semar) e buscam compradores para a produção.

De acordo com estimativa feita pela Fundação Apolônio Sales de Desenvolvimento Educacional (Fadurpe), contratada pelo SBF para prestar assistência técnica aos planos de manejo comunitário dos assentamentos, a atividade produtiva deverá resultar, somente neste ano, em uma receita de mais de R\$ 685 mil aos assentados piauienses.

"É uma forma sustentável de obtenção de renda pelas famílias assentadas, representando um apoio importante para a convivência com o semiárido, sobretudo nesse período de estiagem", afirma o superintendente do Incra no Piauí (Incra/PI), Francisco Limma.

Quatro assentamentos do Incra contemplados por planos de manejo sustentável pertencem ao município de Lagoa do Sítio: Arizona I, Arizona II, Canaã e Serra do Batista. "A receita gerada pelo negócio vai ocasionar em Lagoa do Sítio um impacto de 4,03% do Produto Interno Bruto (PIB). Durante todo o ciclo de produção, ou seja, em 15 anos, estima-se gerar uma receita de mais de R\$ 9,5 milhões", calcula o engenheiro florestal Cristiano Cardoso Gomes, da Fadurpe.

"Contudo, para que tudo isso aconteça, é necessário encontrar clientes dispostos a pagar valores justos. Nesse momento, os assentados têm buscado clientes, estando abertos a propostas de contratos", completa.

Famílias beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário que vivem no assentamento Gado Bravo, no município de Brasileira, também estão envolvidas com o manejo florestal.

Controle

Cristiano Gomes explica que manejo florestal é uma técnica de aproveitamento racional e sustentável da vegetação. A atividade exige que o imóvel seja regularizado fundiariamente, tenha reserva legal estabelecida e Área de Preservação Permanente (APP) delimitada.

O plano de manejo é controlado e fiscalizado constantemente pela Semar. Todo o processo de comercialização é acompanhado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que libera o Documento de Origem Florestal (DOF), no qual é informado o comprador, a carga e o roteiro do caminhão que transporta os produtos obtidos da extração florestal.

Incra incentiva cadeias produtivas em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 16/04/2013

Técnicos da Superintendência do Incra em Santa Catarina (Incra/SC) cumprem, ao longo desta semana, uma extensa agenda de reuniões para a apresentação do projeto de reconstituição das cadeias produtivas das regiões Planalto Central, Norte e Litoral

Catarinense. O objetivo é fortalecer as parcerias institucionais e garantir a continuidade dos planos de negócio implementados nessas regiões, para produção de derivados do leite, da moranga e oferta de hortaliças produzidas em sistema orgânico.

As reuniões tiveram início nesta terça-feira (16), no município de Caçador, e prosseguem nesta quarta-feira (17) na Câmara de Vereadores de Calmon. Na quinta-feira, o evento ocorre em Matos Costa e na sexta-feira (19), o encontro será em Timbó Grande.

A revitalização das cadeias produtivas constitui hoje a principal meta do Programa de Desenvolvimento Sustentável Integrado (PDSI), que é coordenado pelo Incra/SC, juntamente com o programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS), do Banco do Brasil. Ambos visam a criação de estratégias de negócios, por meio da mobilização de agentes econômicos, para impulsionar o desenvolvimento sustentável, preferencialmente em regiões com menor oferta de trabalho e renda. Nesta ação, o público beneficiado é constituído por assentados de regiões que possuem os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina.

Processo integrado

O superintendente regional do Incra/SC, José dos Santos, acompanhará as reuniões nos municípios de Calmon, Matos Costa e Timbó Grande. Para ele, a reestruturação dessas cadeias produtivas corresponde a um marco importante de desenvolvimento na região, pois são ações “viáveis sob o ponto de vista econômico, justas pela perspectiva social e ambientalmente corretas”.

As cadeias produtivas são um conjunto de transformações a que é submetido um produto, desde a produção da matéria-prima até a sua distribuição e comercialização. Cada operação deste processo integrado visa aumentar o valor agregado ao produto, ampliando a margem de lucro e, por consequência, os ganhos para quem produz.

Santos explica que o Incra/SC há muitos anos tem uma política de incentivo à criação de cadeias produtivas em todas as regiões do Estado e que agora a intenção é “retomar esse trabalho com toda a força”, garante o superintendente.

Agenda global pós-2015 deve contemplar desenvolvimento sustentável com inclusão social, diz ministra – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 16/04/2013

Tereza Campello também defende cooperação com países pobres para que eles possam crescer com equilíbrio ambiental

Brasília, 16 – O desenvolvimento econômico sustentável com inclusão social deve ser um dos principais temas da nova agenda global da Organização das Nações Unidas (ONU), defende a ministra Tereza Campello (Desenvolvimento Social e Combate à Fome). “É impossível discutir desenvolvimento sustentável excluindo bilhões de

pessoas do planeta. Também não existe sustentabilidade ambiental sem a inclusão dessa população”, disse ela, nesta terça-feira (16), ao participar do Diálogo Social: Agenda Pós-2015 e Seguimento à Rio+20, no Palácio do Planalto.

Além de propor objetivos globais para o desenvolvimento mundial, é necessário apontar caminhos que possam ser percorridos pelos países pobres para melhorar suas condições de vida, destacou Tereza Campello. “Temos que ousar. Não devemos somente estabelecer metas, mas dizer aos países como alcançar esses objetivos. Dizer quais as tecnologias, quais as alternativas e as fontes de financiamento.”

A ministra destacou as conquistas do Brasil para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), como a erradicação da extrema pobreza por meio do Plano Brasil Sem Miséria, a redução da mortalidade infantil e o aumento do número de crianças na escola. Ela assinalou que o país também é referência pela construção de uma agenda de desenvolvimento inclusivo na Conferência Global Rio+20.

Estabelecidos pela ONU, os Objetivos do Milênio devem ser alcançados até 2015. As oito metas são as seguintes: diminuir a pobreza; atingir o ensino básico universal; igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade na infância; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O Diálogo Social: Agenda Pós-2015 e Seguimento à Rio+20 foi organizado pela Secretaria Geral da Presidência da República. Além do ministro da Pasta, Gilberto Carvalho, participaram Antonio Patriota (Relações Exteriores) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente). O representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, Jorge Chediek, os embaixadores Luiz Alberto Figueiredo Machado e André Aranha Corrêa do Lago (MRE) e Iara Pietrikovsky (membro do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos/Inesc) também participaram da discussão.

Justiça suspende estudo de impacto ambiental de usina no Pará. Daniela Chiaretti – Valor Econômico, Brasil. 17/04/2013

SÃO PAULO - O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, determinou a suspensão da iniciativa do governo federal na região de Itaituba, no oeste do Pará, de levantamento de dados para os estudos de impacto ambiental (EIA), da usina São Luiz do Tapajós. Desde o fim de março há 80 pesquisadores na região, segundo o governo, acompanhados por um contingente da Polícia Federal, Polícia Rodoviária e Força Nacional. O Ministério Público Federal (MPF) pediu ao TRF-1 a suspensão da operação, dando seguimento a uma ação civil pública movida no final de 2012. O governo já recorreu.

O MPF pediu a suspensão da operação antes que seja realizada a consulta livre, prévia e informada das comunidades indígenas da região, nos moldes do previsto pela

Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). São principalmente índios munduruku que vivem ao longo do Tapajós e são contrários às usinas.

Na ação original, o MPF- Santarém também solicitava que fosse feita uma avaliação ambiental integrada das usinas do Tapajós e Teles Pires. Os planos do governo são de fazer sete usinas nestas bacias. A Justiça Federal em Santarém julgou a ação e negou a suspensão da operação, à época, permitindo ao governo levantar dados para a avaliação ambiental integrada. Mas proibiu a concessão da licença-prévia para as hidrelétricas de São Luiz do Tapajós e Jatobá enquanto não for feita a consulta prévia aos índios. O governo então, enviou os pesquisadores e o contingente policial à região, para garantir a realização dos estudos e a integridade dos cientistas. Os índios teriam se sentido intimidados.

O MPF recorreu ao TRF-1 que determinou ontem a imediata suspensão do processo até o julgamento do mérito da ação civil pública sob pena de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento. A Eletrobras, que é a contratante dos trabalhos, aguardava a notificação oficial para mandar que os estudos fossem interrompidos.

Segundo o governo, São Luiz do Tapajós terá 6133 MW de potência instalada, produzirá 3.369 MW de energia firme e terá um reservatório de 722 km². Jatobá terá 2338 MW de potência instalada, 1.282 MW de energia firme e reservatório de 646,3 km². Inundarão 1.368 km² de floresta, mais de duas vezes a área inundada por Belo Monte.

Experiências socioambientais de sucesso. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/04/2013

Interessados em participar de chamada pública do Subprograma Projetos Demonstrativos-PDA podem enviar propostas até 24 de maio

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou, nesta segunda-feira (22), duas chamadas públicas pelo Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) para sistematização de 18 anos da ação do programa, previsto para ser encerrado em dezembro de 2013.

O PDA é desenvolvido desde 1995 pelo MMA, como parte integrante do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). O objetivo é promover novos modelos de preservação, conservação e utilização racional dos recursos naturais da Amazônia e da Mata Atlântica, com foco na melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A primeira delas é a Chamada 14, que prevê a contratação de consultoria técnica especializada para realização de estudos sobre os projetos executados com apoio do PDA, tanto no bioma Amazônico quanto na Mata Atlântica. A realização dos estudos resultará no preenchimento de um banco de dados com informações sobre os projetos

PDA. Também estão previstas a elaboração e a impressão de publicações que reflitam a sistematização e permitam a disseminação dos resultados atingidos com a implantação de projetos que integraram os componentes PDA: “Ações de Conservação na Mata Atlântica”, “Alternativas ao Desmatamento e às Queimadas” e “Consolidação”.

Já a Chamada 15 é voltada para produção de vídeos de divulgação de experiências apoiadas pelo PDA que sirvam de referência para a replicação de tecnologias de produção sustentáveis. Os vídeos deverão apresentar passo-a-passo para a implementação e adaptação dos conhecimentos e das técnicas apoiadas pelo PDA em outros contextos.

O objetivo é compartilhar conhecimentos entre os públicos executores de projetos, ou seja, povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares e gestores públicos de meio ambiente. As propostas devem ser enviadas até 24 de maio.

Soja ocupa 3% da área desmatada da Amazônia Legal. Danielle Nogueira – O Globo, Economia. 22/04/2013

Segundo relatório do Inpe, desmatamento caiu à metade desde 2007

RIO - A soja ilegal, resultante do desmatamento, ainda ocupa 3% da área desmatada nos municípios produtores de soja na Amazônia Legal, segundo o último relatório sobre a moratória da soja, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) desde 2007 e divulgado no fim do ano passado. O documento mostra ainda que a área desmatada nos três estados produtores da região (MT, RO e PA) caiu à metade desde aquele ano, para 498 mil hectares em 2011.

A moratória da soja foi instituída em 2006, quando as empresas associadas à Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e à Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) assumiram o compromisso de não comprar soja de área desmatada. No ano seguinte, o Inpe passou a monitorar por satélite todos os 58 municípios produtores de soja da Amazônia. O Greenpeace reconhece o avanço da moratória, mas alerta que esse compromisso deixou de fora 20% da soja exportada.

O diretor do Departamento de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Oliveira, admite a existência da soja ilegal. Diz que, para combater o desmatamento na Amazônia, os fiscais fazem incursões diárias desde 1º de janeiro de 2013. Antes, as missões eram escalonadas e duravam até 40 dias.

UFG, em parceria com Pronera e CNPq, promove aula inaugural do curso de Agroecologia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/04/2013

O curso de especialização/residência agrária em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, financiado pelo Incra por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), teve sua aula inaugural realizada ontem (22/4), no Departamento de Física da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Com duração de 420 horas, o curso abordará questões como formação territorial brasileira; políticas públicas de desenvolvimento rural; organização social e política no campo; políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre outras. As aulas serão ministradas no Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA) da UFG.

A UFG foi uma das 24 instituições de ensino superior brasileiras contempladas pelo edital da chamada pública CNPq/MDA-Incra nº26/2012, que disponibilizou R\$ 42 milhões para universidades desenvolverem projetos de pesquisa e extensão rural voltados para a inovação tecnológica e o desenvolvimento de assentamentos da Reforma Agrária.

Cada projeto aprovado contará com até R\$ 500 mil anuais para custeio de ações nos exercícios de 2013, 2014 e 2015. A chamada pública prevê ainda o pagamento de até 58 bolsas mensais do CNPq por núcleo de residência agrária para o próximo triênio.

Boas práticas em sustentabilidade. Aída Carla de Araújo – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/04/2013

Iniciativas premiadas pelo MMA fazem parte de exposição no Encontro dos Municípios, realizado em Brasília até quinta-feira (25)

A tradição de incentivar, priorizar e premiar iniciativas voltadas às boas práticas ambientais foi incorporada às políticas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Nas duas últimas décadas, o MMA vem valorizando essas ações de desenvolvimento sustentável em todas as instâncias do governo. Entre as estratégias para estimular essas boas práticas está a premiação de iniciativas na promoção da sustentabilidade.

O estande do MMA expõe, no II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, os trabalhos premiados, como o da Agenda Ambiental na Gestão Pública (A3P), que premia os órgãos e instituições do setor público na promoção da sustentabilidade. As iniciativas premiadas são aquelas que se destacam em quatro categorias: gestão de resíduos sólidos; uso sustentável dos recursos naturais; inovação na gestão pública e destaque na Rede A3P.

Outra premiada foi a Agência Nacional de Águas (ANA), que reconhece as iniciativas que se destacam pela sua contribuição para a gestão e o uso sustentável dos recursos hídricos, promovendo o combate à poluição e ao desperdício. Desde 2006, mais de 1,2 mil projetos já participaram do prêmio ANA.

O prêmio de Boas Práticas em Sustentabilidade Ambiental e Urbana foi instituído em 2010. Destaca os municípios com experiências bem sucedidas em sustentabilidade ambiental urbana, valorizando e estimulando os avanços no desenvolvimento de cidades sustentáveis.

INCLUSÃO SOCIAL

Já o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), que selecionou, por meio de chamada pública, 25 experiências em educação ambiental na agricultura familiar. Com geração de renda, inclusão social e sustentabilidade agregada à atividade rural, as iniciativas inspiraram oficinas e cursos voltados à justiça social nos diferentes biomas brasileiros.

As professoras Elizabeth Zanon e Elza dos Santos, da Escola Municipal Marcos Júlio, de Bom Jesus (PI), além do estudante Flávio Dias de Castro, da Universidade Federal do Piauí, estiveram no estande montado no II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável em Brasília.

“Foi uma experiência muito rica nesses últimos três anos. A parceria com a escola municipal e o laboratório da Universidade Federal do Piauí nos proporcionou uma experiência rara”, declarou a professora Elizabeth Zanon. Para Elza dos Santos, além dos cursos sobre desenvolvimento sustentável, a comunidade de Gruta Bela teve a oportunidade de desenvolver outros tipos de trabalho. “A comunidade produziu bijóias, feitas com sementes nativas. Virou até uma grife com o nome de Bela Biju”, disse, orgulhosa, a professora.

Juntos pela educação ambiental. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/04/2013

Municípios devem estimular participação da comunidade nos projetos, defende Ministério do Meio Ambiente em encontro com gestores locais

Representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Educação reuniram-se, nesta quarta-feira (24), na mesa temática "O Município e a Educação Ambiental", para debater o papel transformador da educação ambiental. O debate faz parte do “II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável”, realizado em Brasília.

A gerente de projetos Renata Maranhão, do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, apresentou aos participantes os programas e ações que o ministério desenvolve para promover a educação ambiental. Coletivos educadores, Salas Verdes, Programa de Educação Ambiental na Agricultura Familiar (PEAAF),

circuito Tela Verde, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), contratações públicas sustentáveis e consumo sustentável são exemplos dessas ações, assim como a 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente e Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que ocorrem em outubro e novembro, respectivamente.

Renata Maranhão falou da importância de se estimular projetos que envolvam a participação da comunidade local. “A crise ambiental é um desafio que nos une e que requer políticas integradas”, afirmou. Ela destacou, ainda, que o papel transformador da educação ambiental aponta para a construção de cidades sustentáveis

O assessor especial do Ministro da Educação, Marcos Sorrentino, alertou a questão de que a educação ambiental está muito presente nos discursos e pouco na prática. “Não há poder público que dê conta sozinho da educação ambiental. Juntos é que faremos uma educação ambiental que gere mudanças culturais”, destacou, reforçando que o papel do poder público é criar ações coordenadas e projetos políticos pedagógicos sistematizados com as escolas e os municípios.

Rio Bonito, no Paraná, ganha feira de produtos agroecológicos. Jakeline Buratti – Site do MST. 25/04/2013

Rio Bonito do Iguçu realizou nesta quarta-feira, 24, a primeira Feira de Produtos Agroecológicos. O evento é uma realização do Ceagro (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia), com participação de 20 famílias, e conta com o apoio da Universidade Federal da Fronteira Sul, da prefeitura e da Rede Ecovida.

De acordo com o engenheiro agrônomo Leonardo Xavier, diversos produtos foram comercializados, mas tudo sem agrotóxico, desde verduras, legumes, frutas, panificação entre outros.

Segundo Leonardo, a partir de agora a feira será realizada toda quarta-feira, às 15h, em frente à Matriz de RBI. O engenheiro reforça que “a feira, além de possibilitar uma maior renda aos produtores do município, é uma alternativa saudável à população, onde o consumidor tem acesso a produtos orgânicos e certificados”.

Laranjeiras do Sul também tem, há bastante tempo, a sua feira permanente de produtos orgânicos. Acontece sempre às quintas-feiras, na Praça José Nogueira do Amaral, com a participação dos produtores dos assentamentos 8 de Junho e Recanto da Natureza. Os produtos também são certificados pela Rede Ecovida e contam com o apoio da UFFS. A feira inicia às 16:30 horas.

Presidente da CNA diz que Brasil poderá aumentar em 40% a produção agrícola, até 2050, preservando o meio ambiente – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Assuntos Econômicos. 25/04/2013

A agricultura brasileira está preparada para enfrentar o desafio de garantir o País como um dos principais fornecedores de alimentos para a população mundial, tendo condições de aumentar em 40% sua produção agrícola, até 2050, superando os números atuais, já promissores, de colher 184 milhões de toneladas de grãos em 2013, sem comprometer a preservação ambiental no País, que tem 61% de seu território preservado com vegetação nativa.

Foi o que afirmou a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, em debate realizado nesta terça-feira (24) no Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina, realizado em Lima, no Peru.

Desafio a ser enfrentado - A presidente da CNA se referia a um estudo feito pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que prevê para o ano de 2050 uma população de 9 bilhões de pessoas no mundo, dois bilhões a mais em relação aos números atuais, ávida por alimentos.

E, em razão disso, a produção agrícola do mundo precisará aumentar em 60%, em comparação os números de hoje. A meta fixada pela entidade para o Brasil é o incremento de sua produção em mais 40%, o maior percentual em comparação com os demais países.

O Brasil, segundo ela, terá condições de atingir o objetivo colocado pela FAO porque a “agricultura do País conseguiu ao longo dos últimos 40 anos melhorar a produtividade, reduzir custos e financeiros e preservar o meio ambiente”.

É só lembrar, segundo ela, a situação existente em 1976, quando de fato teve início a nova agricultura brasileira. Naquela época, o Brasil produziu 46,9 milhões de toneladas de grãos e fibras, em uma plantada de 37,3 milhões de hectares. Em 2013, o País vai colher 184 milhões de grãos em uma área de apenas 53 milhões de hectares. Isso significa dizer que a produção cresceu 292% e a área plantada apenas 42%, um salto de 176% de produtividade.

Katia Abreu lembrou que o Brasil tem as condições indispensáveis em termos de tecnologia – desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – responsável pela criação de uma agricultura tropical que retirou os produtores da dependência histórica da Europa. “É só não esquecer que, antes das técnicas desenvolvidas pela Embrapa, o Brasil era importador de carne da Austrália, de leite da Europa e até de arroz, que vinha das Filipinas”, disse ela.

O Brasil, segundo Kátia Abreu terá um papel fundamental como fornecedor de alimentos do mundo nas próximas décadas, porque “dispõe de tecnologia, terra agriculturas e uma forte presença capitalista no setor agrícola”. Esse aumento da

produção de grãos, mostrou Kátia Abreu, ocorrerá sem a abertura de novas fronteiras agrícolas, sem desmatamento e com o uso intensivo de novas tecnologias.

A presidente da CNA mostrou as vantagens comparativas do Brasil, no caso da produção agrícola, em relação a países como os Estados Unidos, China e Índia. “Enquanto a China será decisiva na produção industrial e a Índia será líder na área de serviços, o Brasil será uma potência agrícola, a grande fazenda do mundo”, destacou.

Escassez de água - Uma das vantagens comparativas do Brasil em relação aos norte-americanos, chineses e indianos, na área agrícola, é que “nós possuímos, por exemplo, 12% de toda a água doce existente no mundo, além de novas áreas para irrigação”.

O fato é que o Brasil possui ainda 30 milhões de hectares que podem ser irrigados, cujos investimentos financeiros poderão ser concretizados, aumentando a produção agrícola sem necessidade de desmatar as florestas ou poluir rios, mostrou Katia Abreu aos debatedores do Fórum Econômico Mundial para a América Latina.

Seguro agrícola - Em sua apresentação no Fórum, Kátia Abreu referiu-se, ainda, a duas questões que ela considera fundamentais: as dificuldades do Estado brasileiro em cumprir seu papel como indutor do crescimento econômico, lembrando a precariedade das estradas e ferrovias do País e a ausência de um sistema eficiente de hidrovias para o escoamento da produção agrícola. Tal situação, enfatizou, eleva os custos de produção e encarece o preço final ao consumidor.

Outro tema colocado em discussão por ela foi o seguro agrícola. Nos países chamados de primeira linha, caso dos Estados Unidos, 86% da produção agrícola é totalmente coberto por seguro. No Brasil, “infelizmente, podem acreditar, apenas 5% da produção possui seguro agrícola. Nós estamos trabalhando para mudar essa situação, de forma gradual”.

Também participaram da mesa redonda sobre a América Latina e o contexto econômico mundial, no Fórum Econômico Global para a América Latina, Gary Coleman, Diretor Executivo das Indústrias Globais (Deloitte, EUA); Carlos Garcia Moreno Elizondo, da América Movil (México); Mari Elka Pangestu, ministra de Turismo e Economia Criativa (Indonésia); Jordi Botifoll, presidente da Cisco Systems para a América Latina; e Jon Azua, presidente CEO da Enovatinglab (Espanha).

Projeto Biomas: duas pesquisas acontecem ao mesmo tempo na Amazônia – Site da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Meio Ambiente. 29/04/2013

As pesquisas do Projeto Biomas na Amazônia estão sendo realizadas, ao mesmo tempo, em duas propriedades: fazenda Cristalina, do Sr. Walter Muller e na reserva do Cabo Rosa, área protegida do Exército Brasileiro (520 Batalhão de Infantaria de Selva). O Bioma Amazônia é o maior e um dos mais biodiversos, abrangendo aproximadamente

49% do território nacional. Neste bioma, os pesquisadores e pessoal de apoio envolvido no projeto desenvolvem suas pesquisas na macrorregião de Marabá, sudeste do estado do Pará.

Os pesquisadores estiveram lá na última semana para verificar os experimentos. Nesta fase, as pesquisas estão sendo feitas através de várias incursões na reserva, partindo das margens do rio Taurizinho para paisagens mais altas da floresta.

O objetivo desta fase é buscar resultados interativos entre o meio abiótico (geomorfologia e solos) e o biótico (componentes arbóreo e epifítico). “Foram identificados diferentes tipos de solos e respectivas características. Estamos relacionando-as às feições geomórficas predominantes e ao grau de desenvolvimento da floresta. Dentre outras pesquisas, estudos posteriores serão realizados para identificar mudanças nas características dos solos quando se tem ou não a presença da floresta”, esclarece o coordenador do projeto, o pesquisador da Embrapa, Dr. Gustavo Ribas Curcio.

Além disto, estão sendo demarcadas parcelas permanentes para estudos fitossociológicos e fenológicos, compreendendo 40 hectares. Nesta área, serão realizadas futuras coletas de sementes, relata o pesquisador da Embrapa, Dr. Ademir Ruschel.

Nesta visita, a pesquisadora da Embrapa, Dra. Annete Bonnet, coletou diversos epífitos, vegetais vasculares que crescem em cima de outras plantas. “Essas espécies, além de auxiliar na caracterização dos ambientes florestais, também servem para impulsionar a sobrevivência de outras espécies, principalmente as da fauna, garantindo o desenvolvimento plural da floresta”, cita a pesquisadora.

Identificar e monitorar as árvores são imprescindíveis para a Dra. Gracialda Ferreira, professora da Universidade Federal Rural da Amazônia. Segundo a professora, na Amazônia, longas distâncias e o difícil acesso à floresta prejudicam os trabalhos de pesquisa.

Conforme o pesquisador da Embrapa, Dr. Alexandre Uhlmann, a manutenção e preservação dessa imensa riqueza natural presente na floresta é muito importante para a funcionalidade dos ecossistemas. Ainda segundo os esclarecimentos do pesquisador, os mateiros desempenham papel importante na conservação desta fisionomia, pois ao longo dos séculos adquiriram e acumularam conhecimentos profundos de manejo dos produtos florestais.

Sobre o Projeto Biomas

O projeto é uma parceria entre Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Os estudos já estão sendo desenvolvidos em cinco dos seis biomas brasileiros. Os pesquisadores buscam soluções para a produção sustentável de alimentos, a partir da reintrodução da árvore nas propriedades rurais do Brasil.

Estados se preparam para a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/04/2013

Com a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) em vista, os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Acre realizam encontros regionais preparatórios para os eventos territoriais, estaduais e nacional, previstos para setembro deste ano.

Em reunião que ocorre nesta segunda-feira (29), a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Rio Grande do Sul (DFDA-RS), por exemplo, discutirá junto à Comissão Executiva da Conferência Estadual a preparação de 19 encontros no estado, sendo 18 territoriais e um intermunicipal. Segundo o delegado Marcos Regelin, os eventos promovem maior articulação entre entidades governamentais e representantes da agricultura familiar.

“É o momento de socializarmos com as entidades parceiras que dialogam com a agricultura familiar para contribuir com a criação de novas políticas, além de reforçar as atuais políticas voltadas para esse público”, explica. O encontro está marcado para 13h30, em Porto Alegre.

Mato Grosso

Preparação semelhante ocorreu na última sexta-feira (26), em Cuiabá (MT). A reunião promovida pela Delegacia Federal do MDA no Mato Grosso (DFDA-MT) decidiu, entre outras temáticas, o calendário dos encontros territoriais e da Conferência Estadual, marcada para 9 de agosto.

“Toda a preparação das pautas passa pela discussão em conferências territoriais com base em um plano de desenvolvimento”, explica o delegado Nelson Barros. “Quatro desses encontros já foram realizados. O próximo será nesta sexta-feira (3), na cidade de Colíder, do Território Portal da Amazônia.”

Acre

Também na semana passada, reunião promovida pela Delegacia Federal do MDA no Acre (DFDA-AC) aprovou a comissão organizadora responsável pelas conferências territoriais, marcadas para os dias 18 e 19 de junho, e a estadual, prevista para os dias 10, 11 e 12 de julho.

“A importância das reuniões é de mobilizar as comunidades e divulgar a conferência e a construção de um plano de desenvolvimento para cada região”, afirma a delegada Zenilda Lima. “Esse é um momento de ouvir, avaliar e traçar ações para 2013. O momento em que vamos junto à população tratar das políticas que já existem e das que eles pensam para o futuro”, assegura.

Consenso à vista sobre Protocolo de Nagoya. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 29/04/2013

Apesar de o Brasil ter sido um dos países responsáveis pela concepção do Protocolo de Nagoya, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) ainda busca consenso dentro do governo para a aprovação do texto no Congresso. A bancada ruralista é contra a votação do texto do protocolo, que segue parado à espera de votação desde fevereiro de 2011. O documento prevê o pagamento de royalties para o país que fizer uso de biodiversidade originada em outro.

O *Valor* apurou que, agora, aprovação do texto está condicionada à criação de uma nova lei nacional para regulamentação da utilização e do pagamento de recursos genéticos e à participação do Brasil em tratados complementares ao Protocolo de Nagoya.

Apesar dos contratempos, as discussões em torno do protocolo ganharam força nos últimos dias, após uma série de entendimentos entre os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente. A principal delas é um projeto de lei preparado pelo Ambiente para substituir a Medida Provisória 2186/2001, que regula o acesso e repartição de recursos genéticos.

O *Valor* teve acesso ao rascunho do texto e constatou que a nova lei deverá incluir uma cláusula que não permita o aumento de preços ao consumidor por conta do pagamento dos royalties para a agricultura. Pelo texto original da MP, o repasse é obrigatório, mesmo que isso prejudique o consumidor.

Além disso, a nova legislação buscará incentivar aportes em pesquisas com biodiversidade nacional para a agricultura. A MP é confusa nesse ponto e suas regras para acesso à biodiversidade nacional não são seguidas.

Outro assunto que avançou na última semana entre os dois ministérios foi a concordância em apoiar a criação de novos tratados que complementem Nagoya. Até a semana anterior, sem apoio da bancada ruralista e do Ministério da Agricultura, o Ministério do Meio Ambiente teve que ceder e concordou em apoiar estudos para tratados que incluam animais e microorganismos.

"Apesar de aparecerem ideias diferentes quanto ao assunto, não quer dizer que não há um processo de convergência política em curso", afirmou Roberto Cavalcanti, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

A Pasta não aceitava condicionar a aprovação de Nagoya à discussão de outros tratados para a regulação de alimentos - como, por exemplo, o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para Agricultura e Alimentação (Tirfaa), da Organização Mundial para Agricultura e Alimentação (FAO). Esse tratado inclui exceções de pagamentos a diversos recursos genéticos vegetais e possui um mecanismo para facilitar o acesso a pesquisas.

Esse problema foi superado na semana passada, com a assinatura de um aviso conjunto da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e do ministro da Agricultura, Antônio Andrade. O documento foi encaminhado ao Itamaraty e levado a Roma para uma reunião da FAO na semana entre 15 a 19 de abril. Ele mostra que o país é favorável a novas discussões em relação à criação de outros tratados. A partir de agora, o Brasil quer que a FAO discuta a criação de acordos que funcionem em sintonia com Nagoya.

O trabalho do governo tem sido integrado tanto no Protocolo de Nagoya quanto no novo marco legal para o setor, disse Cavalcanti. "O MMA está comprometido com a busca de soluções que viabilizem a aprovação dos marcos legais de uso e conservação da biodiversidade", explicou. Hoje, o protocolo tramita pelo legislativo e o executivo está fazendo a sua parte para acelerar a revisão da legislação, disse Cavalcanti.

Ainda não está definido como será feita a repartição do uso da biodiversidade. O pagamento pode ser monetário, por meio de transferência de tecnologias e até mesmo com projetos de conservação e uso sustentável das espécies.

A bancada ruralista reclama que, apesar de depender de votação no Congresso, as discussões do protocolo estão concentradas no poder Executivo, como realçou o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC). Ele também acredita que o Ministério da Agricultura é pouco representado nas discussões. "As opiniões e representações estão muito focadas no Meio Ambiente. Por isso, vamos levar uma proposta ao ministro Antônio Andrade para a criação de um grupo de trabalho permanente para discutir o assunto".

"Os deputados estão pedindo mais esclarecimentos sobre o projeto de lei e entendemos que é justa a reivindicação. A revisão do marco legal está sendo realizada em consulta a vários setores como, por exemplo, o fármaco, o rural e o industrial. Existe uma pressão grande dos setores para uma legislação efetiva", afirmou Roberto Cavalcanti.

O protocolo, que só poderá entrar em vigor depois de ser ratificado por 50 países, afetará toda a cadeia de produtos oriundos de outras nações. A Colômbia, conforme uma fonte do Ministério da Agricultura, já puxou a fila e informou que pretende cobrar 30% pelo uso da batata. Por enquanto, apenas 19 países ratificaram o acordo, assinado por mais de 100 nações no total.

Ao assinar o acordo, afirma a fonte da Agricultura, o Brasil ignorou vários pontos que ainda não estão claros, como a forma da cobrança. No caso de sementes, por exemplo, também não se sabe se variedades existentes serão passíveis de cobrança ou se só as novas, sejam elas convencionais ou transgênicas.

Cultivo sustentável de café dá prêmio à Fazenda dos Patos em Minas Gerais – Valor Econômico, Agronegócios. 30/04/2013

Produzir café arábico de alta qualidade. Esse é o negócio da Fazenda dos Patos, na

região da Serra do Salitre, em Minas Gerais. Ali, desde 1999, é cultivada primorosa lavoura de café, onde são colhidas seis mil sacas do grão por ano, resultado do cultivo de 100 hectares. A atividade deverá resultar este ano em um faturamento de aproximadamente R\$ 2 milhões. Mas, não é preciso observar por muito tempo para descobrir que não se trata de uma pequena propriedade onde se desenvolve uma cultura convencional - pelo contrário. Na Fazenda dos Patos se dedica ao cultivo de uma lavoura sustentável de café.

"Implementamos processos que garantem uma colheita e o beneficiamento de um produto especial. Além disso, adotamos as melhores práticas e soluções, com muita harmonia, o que beneficia o meio ambiente. Essas boas práticas têm ainda o objetivo de garantir boa qualidade de atendimento e de vida de todos os públicos com os quais nos relacionamos", afirma Maria Alice de Paula Rezende, engenheira agrônoma e representante da segunda geração da família que comanda a propriedade rural.

No dia a dia das atividades agropecuárias são desenvolvidas as melhores práticas, que se traduzem no controle rígido sobre o uso da água e na adoção da quantidade mínima de defensivos agrícolas para o eventual controle de pragas e doenças. Além disso, é mantida na fazenda a rotina da coleta seletiva do lixo, da compostagem do material orgânico e, ainda, a preservação de áreas de mata nativa, com o rigoroso cumprimento das normas ambientais. A fazenda investe ainda em treinamento e preservação ambiental para todos os funcionários. Na área social, a propriedade faz parte do Projeto Arca do Saber, uma caixa de livros itinerante que incentiva os funcionários de 10 fazendas a ler. O projeto já soma três anos. A conduta já rendeu à produtora de café cinco importantes certificações: a Rainforest Alliance (certificação internacional para responsabilidade com o produto e o meio ambiente); UTZ (com foco na rastreabilidade do produto e segurança alimentar), 4 C's (uso de boas práticas agrícolas na produção do café) e Região do Cerrado Mineiro (origem e gestão em meio ambiente).

"Embora assegurando todas essas certificações, a empresa precisava melhorar sua gestão, sobretudo nas áreas de finanças e administração", afirma Maria Alice. Com esse objetivo, a Fazenda dos Patos passou a integrar, há oito anos, o Grupo Educampo, coordenado pelo Sebrae do Triângulo Mineiro. Os resultados começaram a melhorar, mas a decisão de ir além não diminuiu. Foi durante o curso Qualidade Total Rural que Maria Alice tomou conhecimento do prêmio MPE Brasil 2012.

"De cara eu quis participar, principalmente para avaliar nossos processos", revela a engenheira agrônoma. Já na etapa regional ela percebeu que era preciso investir na melhora do retorno dos clientes sobre o produto e os serviços da Fazenda dos Patos. "No universo agrícola é mais complicado. Se a mercadoria não retorna e os clientes são assíduos acreditamos que estamos acertando", diz Maria Alice. "Tentamos afinar esse relacionamento de forma mais humana, não apenas pelas certificações."

Os resultados apareceram. A Fazenda dos Patos venceu a etapa regional e, pouco tempo depois, também a disputa nacional na categoria agronegócio. "O Prêmio comprovou que

estamos no caminho certo na área de gestão e que o segredo está em continuar a trabalhar com seriedade e qualidade, ingredientes importantes para os nossos compradores", finaliza.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa